

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
CAMPUS PETROLINA ZONA RURAL**

CURSO DE BACHARELADO EM AGRONOMIA

**AGRICULTURA SOCIAL: A MULTIPLICIDADE DE UM NOVO
CONCEITO.
UMA REVISÃO DE LITERATURA.**

ANDERSON ALVES DA ROCHA

**PETROLINA, PE
2021.**

ANDERSON ALVES DA ROCHA

**AGRICULTURA SOCIAL: A MULTIPLICIDADE DE UM NOVO
CONCEITO.
UMA REVISÃO DE LITERATURA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao IF SERTÃO-PE *Campus*
Petrolina Zona Rural, exigido para a
obtenção de título de Engenheiro Agrônomo.

**PETROLINA, PE
2021.**

R672

Rocha, Anderson Alves da.

Agricultura social: a multiplicidade de um novo conceito: revisão de literatura / Anderson Alves da Rocha. - 2021.

24 f.: il.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia)-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Petrolina, 2021.

Bibliografia: f. 23-24.

1. Agricultura social. 2. Agricultura familiar.
3. Desenvolvimento social. I. Título.

CDD 630

ANDERSON ALVES DA ROCHA

**AGRICULTURA SOCIAL: A MULTIPLICIDADE DE UM NOVO
CONCEITO.
UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao IF SERTÃO-PE *Campus*
Petrolina Zona Rural, exigido para a
obtenção de título de Engenheiro Agrônomo.

Aprovado em: 04 de agosto de 2021.



Professor (Msc. Eduardo Rodrigues Araújo)



Professor (Pós-Dr. Erbs Cintra de Souza Gomes)



Professor (Dr. Gabriel Kafure da Rocha)

RESUMO

A agricultura Social é um fenômeno emergente nas localidades rurais e peri urbanas européias e mundiais, cada vez mais estudada, difundida e implementada nas mais diversas sociedades como forma inovadora de promover o atendimento dos seres humanos nas suas necessidades econômicas, físicas, fisiológicas, sociais, espirituais e culturais, em harmonia com os recursos naturais disponíveis. A agricultura social como movimento de afirmação filosófica, histórica, econômica, social, cultural e ambiental no Brasil, demanda para a sua fundamentação, nos diversos cenários a que se propõe, as garantias resguardadas pela lei Estatuto da Terra – Lei No. 4.504/64 que em seu artigo 2º afirma: "É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista na lei. Posteriormente a constituição brasileira de 1988 reafirma o estatuto da terra, no artigo 5º, complementado pelos §§ 22 e 23, que compõe o capítulo dos direitos básicos das pessoas. Mais recentemente a lei complementar Nº 93 de 4 de fevereiro de 1998, que institui o fundo de terras e da reforma agrária – Banco da Terra. Deste modo, amparado legalmente pelos dispositivos das leis nacionais, a Agricultura Social alicerça suas bases partindo do princípio que, todos que precisam, e todos que possuem o direito de propriedade ou direito de exploração de terras para fins agrários, podem e devem ser alcançados pelos benefícios duradouros do conceito Social que envolve a agricultura no Brasil. Desta forma este trabalho reúne vários autores, nacionais e internacionais, que através de publicações científicas nos mostram as nunces do fenômeno atual e crescente da Agricultura Social, sendo estas publicações objeto deste estudo de revisão literária, que objetiva a compreensão do imenso universo social agrário mundial nos mais diversos biomas em que se encontram. Alguns estudos recentes, comprovam que em vários cenários ações direcionadas a uma construção de sistemas produtivos mais igualitários, retornam inúmeros benefícios para a agricultura familiar mundial. De fato a pesquisa que embasa este trabalho de conclusão de curso, evidencia, por meio das publicações estudadas, o benefício das práticas políticas, culturais, agronômicas, agroecológicas, ambientais, étnicas e econômicas, como ações inter relacionadas, e desta forma indissociáveis no conceito de agricultura social.

Palavras chave: Agricultura Social; Agricultura Familiar; Universo Social Agrário;

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Zé da “Dinda” (*in memorian*) e Dona Maria, que em meio a tantas dificuldades, nunca mediram esforços para possibilitar aos seus filhos e netos a oportunidade do acesso irrestrito a educação, resguardando sempre os princípios da moral, ética, justiça, trabalho e honestidade.

Aos meus filhos Kelly, Anderson Filho, Ana Maria, Camila e Bruna, que em muitos momentos tiveram a compreensão que a minha ausência, seja pelos estudos ou pelo trabalho, era a parcela que me cabia no cumprimento das minhas obrigações de pai, objetivando um futuro melhor para todos.

A minha neta Heloísa e ao meu genro Diego (Munilo), por terem preenchido minha vida com mais amor.

A Cláudia Cistiany Souza Rocha e a Almerinda Lima de Melo que me proporcionaram a grande dádiva de ser pai e pelos inúmeros momentos em que foram “Pães”, (pai e mãe), dos nossos filhos!

Aos meus irmãos Arlison, Adriana, Arley e Cinthian, que mesmo à distância acompanharam e vibraram junto comigo por este momento.

Com certeza eu não teria chegado até aqui sem todos vocês.

AGRADECIMENTOS

A Deus pai todo poderoso, ao nosso Senhor Jesus Cristo, a virgem Maria santíssima, ao meu Pai Seta Branca, a minha mãe Yara, aos companheiros de jornada transcendental Janaína, Anamor e Friago Verde, ao amigo João de Enoque, a vizinha Marilú, ao Ministro Saluz e a minha mãe Koatay 108 Tia Neiva, pela fé inabalável, por estarem sempre ao meu lado nos momentos de dificuldade e aflição.

A minha querida mãe, Maria da Silva Rocha, que sempre independente da situação esteve ao meu lado incentivando e puxando a minha orelha quando necessário.

Ao meu pai querido, José Alves da Rocha Filho, (*in memoriam*), homem de um coração sem igual e de um otimismo invejável, que eu consiga ser pelo menos metade do que o senhor foi para todos nós.

A todos os professores e professoras, sevidores, colaboradores efetivos e terceirizados do Instituto Federal do Sertão Pernambucano Campus Petrolina Zona Rural.

Aos meus amigos que me ajudaram de forma direta ou indireta, porque ninguém chega a lugar algum sozinho.

Ao meu orientador, professor Mestre Eduardo Rodrigues Araújo, paraibano cabra macho que me conduziu pelos caminhos agroecológicos da profissão.

Aos ex presidentes da república, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio “Lula” da Silva, pela criação e sanção das leis do ENEM, PROUNI, SISU e FIES, que possibilitaram a mim e a milhares de filhos de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros a oportunidade do ingresso nos cursos superiores.

Ao Instituto Federal do Sertão Pernambucano Campus Petrolina Zona Rural, pela oportunidade concedida para realização do Curso de Agronomia.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO.	10
2.1 Cenário de desenvolvimento da Agricultura Social.	10
2.2 A terra como base do desenvolvimento social agrícola.	11
2.3 Inquietações para a continuidade dos processos de construção da Agricultura Social.	12
2.4 Ações positivistas e resultados relevantes para a fixação dos preceitos da agricultura social.	13
2.5 Evidências práticas da implementação de atividades colaborativas dos processos de reconhecimento da agricultura social.	15
3. OBJETIVO GERAL	18
4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
5. METODOLOGIA.....	18
6. RESULTADOS	19
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar responde pela alimentação da maioria da população mundial, é de fato quem coloca comida na mesa do povo. É também a que detém o menor quantitativo de terras no território brasileiro.

A problemática fundiária nacional, se arrasta por séculos e condena a uma realidade capitalista a grande maioria dos produtores rurais. De fato o sistema capitalista se impõe com suas urgências e tecnologias, criando um cenário temerário do ponto de vista social e ambiental. Não que a agricultura “convencional” seja de todo ruim, mas a condição inegável de perda de identidade das populações essencialmente agrícolas, pela ação massiva dos meios convencionais, ocasionam uma série de problemas nos mais diversos setores da sociedade.

Cada vez menos mão de obra, famílias cada vez mais envelhecidas na lida do campo, superpopulações das grandes metrópoles, aumento da desigualdade social, contaminação do solo e mananciais, são alguns dos problemas ocasionados pela expansão desordenada dos sistemas de cultivo capitalistas.

Uma importante parcela da agricultura familiar está sendo obrigada a utilizar muitos dos conceitos de produção em larga escala, o que ocasiona a perda de identidade socio-cultural e o aumento do uso desordenado dos recursos naturais. Esta complexa realidade vem sendo combatida, desde o final de século XIX, quando data do surgimento de movimentos que preconizavam o uso racional dos recursos naturais no continente europeu..

As bases dos cultivos agroecológicos, são os alicerces que fundamentam o princípio da agricultura social, que nos últimos tempos tem sido o objeto de estudo de vários pesquisadores inquietados pela urgência na modificação dos nossos padrões de produção e consumo, cada vez mais acelerados.

Veremos neste trabalho um pluriverso que constitui o cenário da agricultura social, que mesmo distantes, geográfica, linguística e culturalmente, conversam entre si, possibilitando a idealização de um conceito universal, não utópico e palpável, que modifique a tempo o destino dos nossos recursos naturais e nossas heranças históricas agrárias.

2. REFERENCIAL TEÓRICO.

Os primeiros movimentos ideológicos que tratam do estabelecimento da Agricultura social como conceito, datam do final do século XIX na Europa. Gonzáles (2014 p. 70), assevera existir diferentes tentativas de construção de um conceito capaz de definir este fenômeno heterogêneo e complexo.

A agricultura Social é um conjunto de experiências que utilizam recursos locais agrários e ou naturais para a promoção da saúde, ocupação e empoderamento de grupos em risco de exclusão, como pessoas com necessidades específicas de trabalho (pessoas com deficiência, em situação de pobreza ou reclusos em prisões), com necessidades de processos terapêuticos ou de reabilitação, (por exemplo pessoas com algum tipo de toxicod dependência, mulheres vítimas de violência de gênero ou pessoas com perturbações mentais) ou outros grupos socialmente vulneráveis, entre os quais podemos destacar crianças, jovens, idosos, sem-teto entre outros. (GONZÁLEZ, 2014).

A falta de consenso sobre a definição de Agricultura Social, gerada pela multiplicidade de alcance deste fenômeno, o conduziu a uma análise do contexto sócio territorial no qual encontrava-se inserido.

2.1 Cenário de desenvolvimento da Agricultura Social.

O desenrolar dos estudos propostos nos diversos artigos tratados neste trabalho, se dá, em sua totalidade, dentro dos limites de atuação da agricultura familiar e das ações materializadas por este segmento, que de forma plural e regionalizada, contribui de maneira extremamente importante para a

manutenção da permanência das populações em seus núcleos de vida e produção, de forma a garantir a fixação das famílias no meio em que vivem e promovendo dignidade e possibilitando a continuidade do legado familiar pelas gerações futuras.

2.2 A terra como base do desenvolvimento social agrícola.

A problemática social rural no Brasil, tem sido agravada pela ausência de densidade endógena dos mercados, onde as políticas comerciais agrárias, priorizam, em sua essência o atendimento dos modelos capitalistas, o consumo externo e seus requisitos de urgência. Esta oportuna afirmação, combinada com a histórica e grave situação fundiária nacional, questão extremamente decisiva no contexto de afirmação social das populações agrícolas, constituintes em sua essência, do conceito da agricultura familiar, apresentam-se com principais barreiras para a instituição de fato da agricultura social como política de resgate e elevação dos valores étnicos, culturais e territoriais da agricultura familiar.

Esta realidade impede, de forma quase irrefutável, a concepção de projetos, quer seja por intermédio das instituições governamentais, quer seja por ações dos sindicatos e ou organizações não governamentais, que objetivem de fato a implementação dos preceitos da agricultura social, em favor da continuidade produtiva, econômica e cultural, das populações quilombolas, indígenas, ribeirinhos, trabalhadores acampados, entre outros, que exercem um papel fundamental na preservação ambiental, na perpetuação das tradições étnicas, de seus povos.

Contrapondo esta realidade a sociedade rural familiar brasileira alcança a partir dos anos noventa, uma retomada tímida para as ações da reforma agrária. Em 1996 é criado o PRONAF, (Programa Nacional da Agricultura Familiar), órgão destinado ao atendimento das necessidades do setor agrícola familiar, o que possibilitou, através das reivindicações de órgãos coletivos como, sindicatos e associações, a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF).

Enquanto por um lado o país possui um dos maiores índices de concentração de terras no mundo, por outro, muitos povos tradicionais ainda ressentem de direitos de propriedade sobre o território que ocupam, como no caso de quilombolas, indígenas, ribeirinhos, trabalhadores acampados, entre outros. Como resultado, há um amplo e heterogêneo tecido social que se articula sob a bandeira de diversos movimentos sociais e sindicais em ação, pelo direito à cidadania sem abrir mão de sua identidade camponesa. (SILVA, 2017).

As dimensões continentais do Brasil, seriam suficientes para uma justa distribuição de terras para as mais diversas etnias que compõem a miscigenada população brasileira. As populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos, trabalhadores acampados, obrigam-se a reivindicar seu direito a terra, pela pura e nefasta ausência de justiça social oriunda desde os tempos imperiais e que perduram até então. Movimentos sociais e sindicais abrigam a justa causa destas populações que não renegam suas origens, mas que esbarram em vontades políticas nem sempre favoráveis e por muitas vezes combativas a esta tentativa de afirmação social.

2.3 Inquietações para a continuidade dos processos de construção da Agricultura Social.

O tema, êxodo rural, sempre permeou as análises dos cenários da agricultura familiar. A ideia do agricultor, pai de família, que se vê obrigado a levantar em retirada do seu torrão, ainda hoje é a mais pura imagem do sofrimento retirante brasileiro. Quando contávamos a década de 1960 este fenômeno potencializou-se de forma espetacular, devido especialmente a um conjunto de fatores que contribuíam para tal realidade. A necessidade juntava-se com a oportunidade, a expansão das grandes cidades atraía a mão de obra rural, que partia em busca de uma vida melhor, porém à época, acalentava o desejo de retorno a suas origens territoriais.

O olhar intencional de um estudo realizado na cidade goiana de Itapuranga, surge como exemplo e lança luz sobre o novo êxodo rural, diagnosticando uma tendência nacional, guardadas as particularidades de cada região, de não continuidade do legado familiar agrícola. As características peculiares do município no que diz respeito à agricultura familiar, juventude rural e migrações internacionais, foram decisivas para a sua escolha como palco do estudo realizado por Drebes e Oliveira (2017), que se propõe evidenciar as possíveis causas para a ocorrência do preocupante fenômeno.

Em relação às migrações internas e internacionais entre jovens oriundos da agricultura familiar, Itapuranga evidencia uma constante redução de sua juventude rural. Conforme os dados dos Censos Demográficos do IBGE, desde o ano de 1970 a

população rural do município tem se tornado cada vez menor, com ênfase especial para a juventude rural. Em 1970 Itapuranga tinha 4.147 jovens rurais. Em 1980 esse número reduziu-se para 3.066 jovens rurais.

Em 1991, existiam ainda 2.488 jovens rurais. No ano de 2000 foram contabilizados 1.305 jovens rurais. Em 2010, restaram somente 503. Isso representou uma drástica redução de praticamente 90% da juventude rural, que indica a ocorrência de migrações (INSTITUTO..., 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) *apud* (DREBES; OLIVEIRA, 2017).

As possíveis causas relacionadas no referido estudo, apontam de acordo com dados coletados em entrevistas de roteiro semi estruturado com diversos atores sociais da agricultura familiar local, para uma necessidade de busca de condições de vida melhores do que as vivenciadas no meio rural. O acesso a informação por meio da internet, também é apontado como agente indutor das migrações juvenis no município, ocasionando a redução da mão de obra, a masculinização e o envelhecimento da população rural.

Ao ocasionar a saída dos jovens rurais, essas migrações têm favorecido o esvaziamento, o envelhecimento e a “masculinização” do meio rural, afetando negativamente a continuidade da agricultura familiar ao interferir na disponibilidade de mão de obra e, também, ao dificultar a ocorrência de novos casamentos e, consequentemente, a constituição de novas famílias. (DREBES E OLIVEIRA, 2017)

A abrangência da problemática tratada no estudo, denuncia aspectos que até então passavam despercebidos nas tratativas das ações públicas para a mitigação do problema. O envelhecimento da mão de obra e até mesmo a masculinização da população rural, conferem, de fato a este exemplo, uma clara característica de perda de identidade da população estudada.

2.4 Ações positivistas e resultados relevantes para a fixação dos preceitos da agricultura social.

Avançar no horizonte que se descortina para a nova agricultura familiar, que de forma extremamente sensata, conduz de maneira continuísta todo legado implementado ao longo de décadas por conceitos, hoje em dia avinhados, como por exemplo os cultivos agroecológicos, é de fato um momento de despertar consencional

da população agrícola que está diretamente ligada aos processos produtivos, comerciais e até de certa forma consumistas, que cada vez mais intencionam a possibilidade real de acesso a produtos cada vez mais alinhados com o bem promovido em sequência por toda a cadeia produtiva.

Podemos tal colocação quando analisamos os processos envolvidos desde o campo até a mesa do consumidor. A agricultura social abandona os modelos utópicos e cada vez encontra seu lugar dentro do consciente coletivo mundial, que não admite que nenhum ator, dentro desta cadeia produtiva, seja subjugado em qualquer condição.

Entendendo Wortman, *apud* Caniello, Piraux e Souza Bastos, (2013 p. 93), "Não encontramos camponeses puros, mas uma campesinidade em graus distintos de articulação ambígua com a modernidade[...] ", o que nos remete ao entendimento de que, em meio a esta população, encontram-se vários personagens da sociedade atual, com diferentes níveis de influência social, o que resulta em uma ferramenta poderosa no debate para uma maior participação na gestão dos colegiados territoriais, por meio do desenvolvimento participativo junto aos órgãos e organizações nas mais diferentes esferas da administração pública.

O desenvolvimento participativo de projetos e ações em favor da agricultura campesina e por tanto agricultura familiar, assume papel fundamental no combate a questões graves como, a tendência na queda do emprego e renda agrícola, fatores desencadeados e potencializados negativamente pelos processos de modernização do campo e o avanço da mercantilização da agricultura familiar.

Não é possível ausentar-se das benesses da modernização dos processos do campo, contudo, faz-se necessário uma contrapartida que sem dúvida passa pela profissionalização e educação das populações mais jovens, buscado uma preparação técnica que eleve o nível de mão de obra, estando essa a serviço dos processos agrícolas mais tecnificados.

Nos últimos anos, no meio rural brasileiro, acompanham-se com preocupação as tendências de queda do emprego e da renda agrícola. Cada vez mais se consolida como um dos problemas agrários herdados da modernização do campo no país e do avanço da mercantilização da agricultura familiar e se reflete diretamente na reprodução social dos agricultores familiares de muitas regiões rurais do Brasil. (CANIELLO; PIRAUX; SOUZA BASTOS; 2013)

A geração de renda das populações rurais, está diretamente ligada à condição de produção de seus componentes. Quando este equilíbrio apresenta uma realidade inalcançável, a resultante desta inequação é no mínimo catastrófica, pois agrava não só a situação econômica local, como desestimula a permanência no campo.

2.5 Evidências práticas da implementação de atividades colaborativas dos processos de reconhecimento da agricultura social.

Alguns estudos recentes, comprovam que em vários cenários, ações direcionadas a uma construção de sistemas produtivos mais igualitários, retornam inúmeros benefícios para a agricultura familiar mundial. A criação do Fórum territorial da Borborema, PB em 2003, formado por 21 municípios daquela região, abrange uma área 3.250km², com uma população de mais de 700.000 habitantes, facilita a coordenação de ações públicas e sua inserção num plano global de desenvolvimento.

A mudança crucial que leva a esta conquista, foi a alteração da ideologia sindical agrária da década de 90, que promove a partir de então um afastamento do conceito sindical nacional da época, que quase exclusivamente dedicava-se ao atendimento as questões trabalhistas rurais. Com base nessa ruptura, germina e emerge a semente do somatório de forças, que associa unidades sindicais municipais, associações de produtores familiares e ONGs em torno de um modelo de desenvolvimento rural inovador.

No início dos anos 2000, essa dinâmica se cristalizou na construção de uma estratégia de ação coletiva territorializada baseada na realização de diagnósticos de situação, na difusão dos preceitos da agroecologia na promoção de atividades coletivas no campo da proteção do meio ambiente, na valorização dos produtos agrícolas nos mercados locais e ainda na realização de ações referentes ao desenvolvimento social e cultural. (PIRAUX E PHILIPPE; 2011).

A política mais antiga e mais ampla do estado brasileiro é o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que se tornou ao longo dos tempos um importante mecanismo de valorização da produção agrícola familiar nacional.

As dimensões continentais do Brasil, requerem sem dúvidas ações regionalizadas que valorizem as particularidades das populações locais, potencializando e desenvolvendo práticas e ações direcionadas aos seus cenários, territoriais, climáticos e sociais. Deste modo é exemplificado no estudo de Teixeira e Pires (2017), que se debruça na análise da relação entre produção agroecológica, resiliência e reprodução social da agricultura familiar no sertão do Araripe, práticas de estocagem da produção, armazenamento de água, proteção e preservação do bioma caatinga, diversificação da produção e uso de defensivos naturais.

Já no distrito federal Sabourin *et al.* (2014), constata a inovação social na comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos da agricultura familiar daquela região, o circuito da venda direta e das feiras agroecológicas, coordenadas e organizadas com a especificidade inovadora que demanda o setor, resultam na combinação de vários estatutos e instituições, formais e informais que viabilizam a troca de conhecimentos a ajuda mútua e a aprendizagem coletiva. Esta rede coordenada impacta na redução do custo de produção, aumento do mercado, queda nos níveis de desperdício alimentar e conseqüentemente aumento de renda, emprego e representatividade comunitária.

Outra experiência de grande cunho social está descrita na obra de Bosetti; Peixer; Rodrigues; Wendt; (2018), que extrapola os limites do campo e aplica os conceitos de agricultura social nas chamadas Hortas Urbanas, mais precisamente no município de Curitiba, SC, e atende de forma especial as famílias da APAE, (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), em parceria com a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), que incluiu no processo de construção do referido projeto, ações complementares de educação para segurança alimentar e terapias ocupacionais, envolvendo as famílias participantes do projeto.

Em termos gerais, a intervenção promoveu o desenvolvimento de espaços de produção de alimentos agroecológicos e também de espaços terapêuticos. Enquanto aqueles visavam subsidiar a segurança alimentar e nutricional das famílias, estes buscavam fortalecer a interação entre os jovens com deficiência e seu grupo familiar. (BOSETTI; PEIXER; RODRIGUES; WENDTH; 2018 p. 74),

Outro importante aspecto inerente a temática da agricultura social, é o efeito da Economia da Solidariedade Social (ESS), que propõe uma alternativa aos modelos capitalistas da agricultura, que visam o atendimento dos interesses das grandes corporações em detrimento dos interesses dos agricultores familiares.

Segundo Collado e Nascimento (2018), “a economia solidária enquanto forma de organização social, econômica e política emerge como uma alternativa a este modelo, através da geração de renda e emancipação social das famílias e sujeitos participantes dos empreendimentos econômicos solidários no meio rural”. Problemas econômicos, sociais e ambientais, são espólios comprovados do modelo capitalista, que afeta de maneira decisiva a realidade campesina.

Um estudo de caso realizado no estado do Rio Grande do Sul por (Collado e Nascimento, 2018), buscou discutir a viabilidade produtiva ecológica, social, política e econômica desta ferramenta valorização no âmbito das regiões agrícolas daquele estado, dedicadas a exploração agrícola familiar.

A experiência vivenciada pelos agricultores viabiliza-se tanto por meio da adesão a política de comércio justo, onde os agricultores por meios de organizações de classe como associações e cooperativas de produtores e consumidores, discutem em conjunto os valores a serem praticados.

Outra ferramenta que viabiliza a aplicação da prática na região é a certificação participativa e solidária, realizada pela OCS, (Organização de Controle Social), permitindo assim a abertura de canais comerciais para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, (PNAE), como também para a comercialização via rede de agroecologia ECOVIDA, para os demais mercados consumidores que são beneficiários comprovados das ações dentro e fora dos limites de ação da experiência.

Estas experiências com seus enfoques orientadas a uma nova economia, novas e distintas forma de relações de participação e de cooperação social, um novo modelo de organização e produção baseada na ESS é possível e viável para a agricultura familiar no Brasil. (COLLADO E NASCIMENTO, 2018 p. 84).

3. OBJETIVO GERAL

Revisar a literatura científica publicada na plataforma CAPES periódicos, que discute os diferentes aspectos da agricultura social em um contexto mais completo e abrangente, observado nas publicações selecionadas para este trabalho.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar de forma sequencial os diversos fatores constituintes do conceito agricultura social;
- Evidenciar as particularidades regionais dos casos estudados;
- Buscar a interação entre as publicações para o entendimento do conceito universal da agricultura social.

5. METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica sobre agricultura social como realidade de valorização, modernização e fixação no campo, das populações de origem essencialmente agrária.

Esta revisão de literatura buscou correlacionar diferentes linhas de estudo sobre o tema proposto, selecionando trabalhos já realizados e disponíveis na

literatura: artigos e autores que trazem pesquisas que possibilitam a percepção científica e popular do fenômeno da agricultura social.

Este estudo foi realizado remotamente no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Sertão Pernambucano, *Campus Petrolina Zona Rural*. Foram utilizados artigos publicados na plataforma CAPES periódicos, selecionados intencionalmente através da ferramenta de pesquisa disponível no sítio digital.

A princípio foi realizada uma pesquisa simples com o tema “Agricultura Social”, com aplicação dos filtros: “Tema exato no título”, “publicações de até cinco anos” que retornou o número de quatro publicações, sendo este quantitativo considerado por mim e pelo professor orientador, insuficiente para a produção deste trabalho de conclusão de curso.

A partir desta devolutiva, foi utilizada a ferramenta de busca avançada da plataforma, que por sua vez apresenta um número maior de filtros para uma seleção mais abrangente das publicações desejadas. Foram então aplicados os seguintes filtros para o tema agricultura social: “Exato no título”, “Contém no título”, “Publicações de até dez anos”, “Artigos” e “Em qualquer idioma”. É válido explicar que este último filtro “Em qualquer idioma”, foi selecionado pela ausência da opção específica do idioma português.

A nova busca com estes parâmetros, retornou um número de 56 (cinquenta e seis) publicações as quais foram submetidas a uma triagem que objetivou selecionar aquelas que mais conversavam com a temática proposta.

A triagem realizada resultou em um número final de 18 (dezoito) publicações, sendo este quantitativo, então, considerado por mim e pelo professor orientador como suficientes para a construção deste trabalho de conclusão de curso.

6. RESULTADOS

De fato a pesquisa que embasa este trabalho de conclusão de curso, evidencia, por meio das publicações estudadas, o benefício das práticas políticas,

culturais, agronômicas, agroecológicas, ambientais, étnicas e econômicas, como ações inter relacionadas, e desta forma indissociáveis no conceito de agricultura social. A percepção criada após a análise dos trabalhos para a construção da temática, é de que a agricultura social é uma tendência irreversível, dados os benefícios outorgados por ela a uma extensa parcela da sociedade, que beneficiam desde o meio ambiente passando pelos produtores e chegando aos consumidores finais como uma importante conquista filosófica, sustentável, prática e consciencial de uma nova forma de provimento plenamente viável das necessidades alimentares das populações.

A aproximação do conceito idealizada por González (2014), é plenamente aceitável e deve ser buscada cada dia com maior afinco, pelos produtores, instituições de ensino, órgãos públicos e organizações de classe que assistem a agricultura familiar e as populações em condições de vulnerabilidade, para que se estabeleça de fato para além da ideologia e seja efetivamente incluída como prioridade nas agendas políticas.

Em termos ambientais a potencialização das comunidades familiares rurais, no âmbito do atendimento de suas necessidades diárias, desperta a importância da convivência harmoniosa com o meio em que se vive e produz, preservando os ecossistemas, por meio da utilização racional dos recursos naturais disponíveis, promovendo inclusive a recuperação de áreas e biomas já comprometidos por ações de utilização intensiva, predatória e ou criminosas, como é o caso da utilização das áreas de proteção ambiental, áreas de matas ciliares, e áreas de populações indígenas e quilombolas.

Por fim, comprova-se a relação dos benefícios da agricultura social para além das fronteiras agrícolas, elevando exponencialmente a percepção social de afirmação das classes envolvidas nas cadeias produtivas mundiais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica claro em todos os trabalhos pesquisados para este estudo, que há viabilidade nas ações que compreendem a agricultura social, pois os benefícios alcançados se refletem em campos como saúde pública, segurança, combate a fome e ao desemprego, aumento de renda, educação e cultura, no entanto é válido lembrar que somente ações coordenadas entre produtores, organizações civis e públicas, academias científicas é capaz de implementar, de forma eficaz, as atividades necessárias para alcance integral dos benefícios já comprovados da agricultura social.

A título de sugestão com base nas experiências aqui estudadas, é perfeitamente possível sugerir a busca pela criação de um órgão governamental, com status de ministério que facilite a interlocução dos setores compreendidos dentro do universo da agricultura familiar sem prejuízo para os que optem pelo cultivo tido como convencional, mas que trate das questões de cada setor com a particularidade que merecem.

Conforme observamos nos trabalhos aqui selecionados, o processo de ganhos sociais desencadeados por ações e atividades ligadas direta e indiretamente as comunidades rurais de caráter familiar, é na atualidade a ferramenta mais promissora de elevação dos índices gerais de desenvolvimento humano mundial, dada a abrangência de seus benefícios.

Aplicar o conceito de agricultura social no âmbito da agricultura irrigada é plenamente possível. Atualmente boa parte dos projetos e profissionais que se dedicam a tecnologia de irrigação, se atentam tão somente para a questão do fornecimento hídrico, negligenciando em grau preocupante as técnicas da drenagem agrícola, ponto fundamental para a preservação dos solos. Os solos predominantemente rasos da região semi árida brasileira, correm sério risco de inutilização pela ação da salinização ou concentração de sais, dada a quase ausência do estudo de drenagem na maioria das situações. Esta aplicação evita o agravamento da questão fundiária e contribui para a preservação do solo, um recurso natural de suma importância para a estruturação social da agricultura.

É válido lembrar que, toda e qualquer ação que tenha como objetivo o implemento de ganho social no cenário agrícola, inexoravelmente devem estar conectadas com aspectos multi abrangentes, como preservação dos recursos naturais, economia social solidária entre outros, possibilitando uma evolução robusta e consiza necessárias para a perduração do conceito e não somente para obtenção temporal de benefícios econômicos e mercadológicos das atividades agrícolas a que se propõem.

7. REFERÊNCIAS

BOSETTI, Cleber José; PEIXER, Zilma Isabel; RODRIGUES, Natália Camargo; WENDT, Jeanie Ribeiro. Práticas comunitárias com agricultura urbana: segurança alimentar e inclusão social com as famílias da APAE de curitibanos-sc. **Caminho Aberto**: revista de extensão do IFSC, [S.L.], p. 73-76, 1 dez. 2018. Instituto Federal De Educação - Ciência E Tecnologia De Santa Catarina-Ifsc.

CANIELLO, Márcio ; PIRAUX, Marc; SOUZA BASTOS, Valério Veríssimo. Identidade e participação social na gestão do programa Territórios da Cidadania: um estudo comparativo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n. n1, p. 86-107, 29 03 2013.

CARNEIRO, Maria José; DANTON, Thais. Agricultura e biodiversidade nas Ciências Sociais brasileiras: alimentando a comunicação entre ciência e políticas públicas. **Sociologias**, [S.L.], v. 14, n. 30, p. 252-289, ago. 2012. FapUNIFESP (SciELO).

COLLADO, Angel Calle; NASCIMENTO, Fabio Schwab do. Uma análise da economia social solidaria em experiência de agricultura familiar: estudo de casos da coopacia e da econorte. **Estudos do Cepe**, [S.L.], n. 48, p. 69-87, 6 jul. 2018. APESC - Associacao Pro-Ensino em Santa Cruz do Sul.

DREBES, Laila Mayara; OLIVEIRA, Flávia Sousa. A Construção Social da Juventude Rural Diante dos Processos Migratórios: um estudo de caso da agricultura familiar de Itapuranga-go. **Desenvolvimento em Questão**, [S.L.], v. 16, n. 42, p. 375, 29 dez. 2017. Editora Unijui.

FEDERICO FERNÁNDEZ, Lisandro . La inclusión social en torno a la agricultura familiar.: Aproximaciones para el caso argentino (2003-2015). **Questión**, Buenos AiresARG,v. 1,n. 49,p. 6581, 18 03 2016.

FORGA, José María Prat; CÀNOVES, Gemma. Las relaciones sociales como elemento de apoyo al desarrollo del turismo en la agricultura social. **Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, [S.L.], v. 13, n. 3, p. 551-566, 2015. University of La Laguna.

GOMES, Ludmir dos Santos; BEZERRA, José Arimatea Barros. Alimentação escolar e desenvolvimento social local: o caso da aquisição de gêneros da agricultura familiar. **Educação Formação**, [S.L.], v. 4, n. 11/, p. 97-116, 1 maio 2019. Educacao e Formacao.

GONZÁLEZ, Carles Guirado. La agricultura social en Catalunya: innovación social y dinamización agroecológica para la ocupación de personas en riesgo de exclusión. **Ager. Revista de Estudios Sobre Despoblación y Desarrollo Rural**, [S.L.], n. 17, p. 65-97, 2014. Centro de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo de las Áreas Rurales.

GUIRADO, Carles; TULLA, Antoni; VALLDEPERAS, Natàlia; VERA, Ana. La Agricultura Social en Cataluña: una alternativa de desarrollo local sostenible frente a la crisis económica y social. **Got - Journal Of Geography And Spatial Planning**, [S.L.], v. 1, n. 11, p. 189-213, 30 jun. 2017. CEGOT - Center of Studies on Geography and Spatial Planning.

HELENICE LOPER AIRES, Cintia ; SALAMONI, Giancarla . Agricultura familiar e as relações sociais de trabalho: Um estudo sobre a pluriatividade na Vila Freire – Cerrito – RS. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, RS, v. 17, n. 1, p. 41-54, 21 11

PIRAUX, Marc; PHILPPE, Bonnal. **Ações públicas territoriais e inovações sociais e institucionais: O caso do território da Borborema e da Articulação do Semiárido**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v 19, n1, p. 62-87, 31 03 2011.

SABOURIN, Eric *et al.* Inovação social na comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos da agricultura familiar no Distrito Federal. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília Df, p. 98-119, 04 dez. 2014. Mensal

SERAFIM, Milena Pavan; JESUS, Vanessa Maria Brito de; FARIA, Janaína. Tecnologia social, agroecologia e agricultura familiar: análises sobre um processo sociotécnico. **Segurança Alimentar e Nutricional**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 169, 11 fev. 2015. Universidade Estadual de Campinas.

SILVA, Sandro Pereira. Participação social e políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise de percepção dos conselheiros do condraf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [S.L.], v. 25, n 3, p. 591, 1 out. 2017. Revista Estudos Sociedade e Agricultura.

TAVARES DE SOUZA, Ronaldo ; LIMA CALDAS, Eduardo . Redes alimentares alternativas e potencialidade ao desenvolvimento do capital social. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 26,n. n2,p. 426-446, 01 06 2018. Inovação social na comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos da agricultura familiar no Distrito Federal. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, DF, v. 5, n. 3, p. 98-119, 31 12 2014.

TEIXEIRA, Cecilia Tayse Muniz; PIRES, Maria Luiza Lins Silva. Análise da Relação Entre Produção Agroecológica, Resiliência e Reprodução Social da Agricultura Familiar no Sertão do Araripe. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.L.], v. 55, n. 1, p. 47-64, jan. 2017. FapUNIFESP(SciELO).